



CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECOMENDAÇÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

18 de março de 2026

PREÂMBULO

Na 1.ª reunião extraordinária do ano de 2024, realizada a 12 de dezembro, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) considerou a relevância, sob proposta das Conselheiras Patrícia Pereira da Silva e Ana Miranda, de elaborar uma reflexão sobre a integração da temática do desenvolvimento sustentável no ensino superior e o papel das respetivas instituições de ensino público e privado (Universidades e Politécnicos).

A proposta teve acolhimento no Plano de Atividades do CNADS para o ano de 2025 e o Grupo de Trabalho (GT) foi constituído no decurso da 3.ª reunião plenária, realizada a 19 de maio de 2025, com a aprovação da *“Nota Institucional sobre a Pertinência da Constituição de um Grupo de Trabalho sobre a integração do desenvolvimento sustentável no Ensino Superior”*.

O Grupo de Trabalho integrou as Conselheiras Júlia Seixas, Luísa Schmidt, Patrícia Pereira da Silva, Ana Miranda e os Conselheiros Rui Florentino e José Janela.

A presente Recomendação foi aprovada por unanimidade, com 25 votos expressos através de consulta eletrónica, realizada entre os dias 13 e 18 de março de 2026.

O texto aqui apresentado teve por base três documentos principais:

[Transforming Education, Conclusions from the Think Tank Group](#) (2024). SDSN Portugal. Lisboa.

[Guidelines for the Inclusion of Sustainability in the Curriculum](#) (2012). CRUE - La Conferencia de Rectores y Rectoras de las Universidades Españolas. Madrid.

Bianchi, G., Pisiotis, U., Cabrera Giraldez, M. [GreenComp – Quadro europeu de competências em matéria de sustentabilidade](#). Bacigalupo, M., Punie, Y. (editores), EUR 30955 PT, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2022; ISBN 978-92-76-53199-9, doi:10.2760/780994, JRC128040.

As Instituições de Ensino Superior (IES) e o Desenvolvimento Sustentável:

Urgência de novas competências de ensino-aprendizagem no Ensino Superior

1. CONTEXTO E EVIDÊNCIAS

Dez anos passados sobre a adoção da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, e apesar das evoluções positivas de padrões distintos nas diversas regiões do mundo, nenhum dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável está atualmente em linha com a meta a alcançar até 2030^{1,2}. Os limites do sistema terrestre (e.g. sistema climático, integridade da biosfera, acidificação dos oceanos), tal como propostos inicialmente em 2009 pelo *Stockholm Resilience Center*³, têm vindo a ser ultrapassados ano após ano, comprometendo seriamente a segurança ecológica, económica e social à escala global, ou seja, da Humanidade. De facto, sete dos nove limites planetários estão já ultrapassados, o que configura uma emergência na ação dos Estados que não se encontra vertida nas políticas adotadas. Como tal, as instituições de ensino superior têm a responsabilidade — pelo acesso que têm à informação, pela criação de novo conhecimento — de inserir o desenvolvimento sustentável no centro da sua missão de ensinar e treinar as novas gerações, para inverter a emergência climática e a degradação dos sistemas naturais do planeta.

Em termos sociais, 83% dos países, representando 90% da população mundial, apresentam elevada desigualdade de rendimentos⁴. Entre 2000 e 2024, o grupo correspondente ao 1% mais rico captou 41% de toda a nova riqueza, em contraste com apenas 1% obtido pelos 50% mais pobres. Esta desigualdade agrava os problemas associados à vulnerabilidade de pessoas e países a eventos extremos, à pobreza e insegurança alimentar e, em consequência, obriga a fluxos migratórios crescentes para países mais ricos.

Numa economia aberta, como é o caso da economia nacional, é crescente a consciência de que as cadeias de abastecimento, mais ou menos longas, de bens de consumo e de serviços de uso final podem acarretar impactos negativos ambientais, sociais e económicos em alguma região do Planeta. Esta dimensão global está também presente na constatação de que cada ser humano depende, de forma direta ou indireta, dos ciclos naturais globais, normalmente invisíveis aos nossos olhos, como o ciclo da água e os ciclos do azoto ou do fósforo, determinantes da qualidade do solo e da biodiversidade. Estes recursos naturais garantem a produção de alimentos, um clima estável e a disponibilidade de água, entre outros serviços fundamentais.

O caminho para o modelo de desenvolvimento sustentável⁵ é hoje suportado por ideias muito distintas das herdadas do século 20, de que são exemplo as seguintes:

- a. Economia circular (em alternativa à economia linear);

¹ The Sustainable Development Goals Report 2025. United Nations. ISBN 978-92-1-003475-3. Disponível [AQUI](#).

² Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Iablonski, G. (2025). Financing Sustainable Development to 2030 and Mid-Century. Sustainable Development Report 2025. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. DOI: <https://doi.org/10.25546/111909>

³ Planetary Boundaries Science (PbScience). 2025. Planetary Health Check 2025. Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK), Potsdam, Germany.

⁴ TECHNICAL NOTE: G20 EXTRAORDINARY COMMITTEE OF INDEPENDENT EXPERTS ON GLOBAL INEQUALITY REPORT. Commissioned by the G20 South Africa Presidency. November 2025.

⁵ O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez no Relatório Brundtland, em 1987.

- b. Acesso universal a serviços para o desenvolvimento pessoal, como educação de qualidade, serviços de saúde e energia limpa, e a preços acessíveis (em alternativa ao seu acesso apenas pelos que têm recursos suficientes);
- c. Inovação para uma indústria limpa e inclusiva, que permita padrões de produção e consumos sustentáveis capazes de combater as alterações climáticas e evitar a degradação dos recursos naturais (em alternativa à manutenção de sistemas de produção industrial assentes em combustíveis fósseis e geradores de produtos artificialmente baratos);
- d. Justiça intra e intergeracional, considerando a gestão de bens naturais essenciais para uma vida digna para todos (em alternativa ao egoísmo eticamente cego); e
- e. Cultura de paz e empatia para com o outro (em alternativa ao desconhecimento de realidades que só aparentemente nos são alheias).

As Instituições de Ensino Superior (IES) são das organizações mais relevantes para promover estas transformações, porque têm na sua missão contribuir com conhecimento, investigação e inovação para sociedades mais prósperas. Porém, o paradigma educacional atual continua a enfatizar a especialização, direcionando os estudantes para se tornarem especialistas ou profissionais proficientes, negligenciando a complexidade e as incertezas inerentes à sociedade contemporânea. Tal como a maioria dos países da OCDE, a posição de Portugal no contexto global exige modelos de ensino e aprendizagem que formem novas gerações de profissionais com as competências necessárias para os urgentes processos de transformação ambiental, económica e social, com vista a conservar e gerir os recursos do Planeta e a promover o bem-estar coletivo e individual de cada ser humano.

2. EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO

À luz dos profundos avanços tecnológicos, dos desafios climáticos e de outros de natureza ambiental e social, e da crescente polarização social e política, os sistemas educativos contemporâneos estão a ser alvo de um maior escrutínio e rigor. De acordo com o documento “*Our Common Agenda Policy Brief 10: Transforming Education*” (2023)⁶, uma iniciativa do grupo de alto nível designado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, os sistemas educativos são predominantemente concebidos para preparar as crianças e os jovens para a vida adulta, em vez de equipar os estudantes de todas as idades com as competências necessárias para se adaptarem e prosperarem num mundo em constante mudança e com novos desafios. Estes sistemas baseiam-se frequentemente na aprendizagem mecânica, concentrando-se em transmitir conhecimento predeterminado em vez de promover a capacidade de intervir e de se destacar num futuro incerto. Além disso, alguns sistemas educativos perpetuam estereótipos e práticas prejudiciais que contribuem para a desigualdade e para a degradação ambiental. Assim, a criação de práticas de ensino-aprendizagem deve estar centrada nos seguintes princípios:

- a. Construir um sistema integrado de educação e aprendizagem ao longo da vida num mundo de incertezas;
- b. Garantir a equidade, o acesso e a inclusão na e através da educação;
- c. Tornar os currículos e as pedagogias relevantes para o presente e para o futuro;
- d. Reposicionar a profissão docente para garantir que os professores atuem cada vez mais como guias criativos e facilitadores no processo de aprendizagem;

⁶<https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-transforming-education-en.pdf>

- e. Aproveitar as ferramentas e os recursos digitais, incluindo a IA, para expandir o acesso, melhorar a aprendizagem e aumentar as capacidades para atuar no futuro e evitar a exclusão digital;
- f. Investir mais, de forma mais equitativa e mais eficiente na educação.

Já em 2005 (há 20 anos), o CRUE (La Conferencia de Rectores y Rectoras de las Universidades Españolas), órgão equivalente ao CRUP em Portugal, constituiu um grupo de trabalho que veio a preparar as “*Guidelines for the Inclusion of Sustainability in the Curriculum*”⁷, publicadas em 2012. Estas orientações reconhecem a importância de aspetos específicos do processo educativo no ensino superior, nomeadamente: a) a relevância do tipo de modelos educativos para os modelos sociais e profissionais necessários ao desenvolvimento sustentável; b) as competências em sustentabilidade incluídas no currículo; c) a coerência entre todas as etapas da educação; d) a estrutura dos currículos; e) o conteúdo programático; f) as estratégias pedagógicas na sala de aula; g) as técnicas de ensino e aprendizagem; h) a formação de educadores; i) as técnicas de avaliação; j) a participação de entidades externas no desenvolvimento e na avaliação dos currículos; k) os sistemas de controlo de qualidade; l) a possibilidade de oferecer educação não formal ou extracurricular em sustentabilidade. O CRUE fez um conjunto de recomendações às autoridades responsáveis pela regulamentação do ensino superior, bem como às Universidades espanholas, cuja leitura recomendamos vivamente.

Também a Comissão Europeia, através do *Joint Research Center*, propõe em 2022 um conjunto de 12 competências⁸ organizadas em quatro domínios, para responder à necessidade crescente de as pessoas melhorarem e desenvolverem os conhecimentos, as aptidões e as atitudes para viver, trabalhar e agir de uma forma sustentável, como se sistematiza a seguir.

Incorporar valores do desenvolvimento sustentável	Valorizar o desenvolvimento sustentável Apoiar a equidade Promover a natureza
Integrar a complexidade do desenvolvimento sustentável	Pensamento sistémico Pensamento crítico Enquadramento de problemas
Prever futuros sustentáveis	Literacia sobre o futuro Adaptabilidade Pensamento exploratório
Agir em prol do desenvolvimento sustentável	Agência política Ação coletiva Iniciativa individual

Em Portugal, em 2018, foi criada a Rede Campus Sustentável para promover a sustentabilidade ambiental, social e económica nas instituições de ensino superior. Reúne universidades e politécnicos e funciona como um catalisador para transformar o ambiente académico num modelo de sustentabilidade, envolvendo estudantes, docentes, investigadores e funcionários. Entre os seus

⁷ https://www.crue.org/wp-content/uploads/2020/02/Directrices_Ingles_Sostenibilidad_Crue2012.pdf

⁸ <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/bc83061d-74ec-11ec-9136-01aa75ed71a1/language-pt>

principais resultados destacam-se a incorporação de temas do desenvolvimento sustentável em alguns currículos, a organização de conferências, webinars e oficinas temáticas, a produção de ferramentas e recursos de apoio à gestão sustentável, e a criação de grupos de trabalho temáticos em áreas como economia circular, eficiência energética, mobilidade e cidades sustentáveis.

Também o grupo de reflexão criado em 2024 no seio da rede SDSN Portugal⁹ sistematizou um conjunto de ideias para os sistemas educativos, com foco no ensino superior, de que salientamos as seguintes:

- a) Desenvolvimento sustentável na educação, através do conceito de Educação para a Cidadania Global, que deve assumir a sensibilização para este tópico de forma fluida nos currículos;
- b) Literacia ecológica num contexto global, através de competências para aprofundar o diálogo e ações concretas entre o Sul e o Norte globais;
- c) Ciência cidadã para uma aprendizagem prática, enquanto ferramenta poderosa que envolve os estudantes na recolha, análise e interpretação de dados, bem como no diálogo e colaboração com as comunidades locais, cientistas e organizações, promotora do trabalho em equipa e do envolvimento com a comunidade, permitindo aos estudantes integrar conhecimentos de diversas disciplinas;
- d) Equidade através da educação, como princípio fundamental para indivíduos de todas as origens e circunstâncias, permitindo consolidar as bases para uma sociedade mais justa e inclusiva;
- e) Ativismo juvenil na educação, como uma atitude a ser promovida dando aos estudantes confiança no seu papel transformador baseado na evidência científica;
- f) Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável, como potencial transformador para enfrentar desafios globais urgentes;
- g) Reforma da educação, enquanto mudança de paradigma assente numa abordagem colaborativa envolvendo as instituições de ensino superior, as empresas e os indivíduos, no sentido de promover a investigação e a inovação produtiva enquanto catalisadores para mudanças transformadoras, cruciais para atender ao imperativo urgente de conservar e gerir a natureza e o planeta.

3. COMPETÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os profissionais, em qualquer atividade económica, devem ser capazes de:

- I. Aplicar uma abordagem sistémica e holística para a resolução de problemas nas suas áreas profissionais em ligação com os sistemas naturais e sociais, ultrapassando as abordagens tradicionais que dividem a realidade em silos.
- II. Compreender como a sua atividade profissional, qualquer que seja, afeta a sociedade e o ambiente, local e globalmente, de forma a identificar potenciais desafios, riscos e impactos.
- III. Trabalhar em equipas multidisciplinares e interdisciplinares para abordar, com espírito crítico, problemas socioambientais complexos causados por padrões de produção e estilos de vida insustentáveis, propondo alternativas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

⁹ <https://www.unsdsn.org/our-networks/portugal/>

- IV. Pensar numa lógica de médio e longo prazo, para antecipar potenciais problemas decorrentes da sua atividade/setor e trabalhar para os evitar em vez de trabalhar (apenas) para os remediar, o que normalmente acarreta custos superiores.
- V. Participar ativamente na discussão, definição, conceção e implementação de políticas e ações, e respetiva avaliação com indicadores de desempenho claros, tanto no setor público como no privado, para ajudar a redirecionar a sociedade para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.
- VI. Aplicar os conhecimentos profissionais de acordo com princípios e valores éticos universais que salvaguardam os direitos humanos.

O ensino superior assume-se como um pilar estratégico na resposta aos desafios estruturais do desenvolvimento sustentável, devendo ser chamado a liderar a produção de conhecimento, de inovação e da capacitação necessários para enfrentar, de forma integrada, as dimensões ambiental, económica e social e de governança do desenvolvimento sustentável. Espera-se das IES um contributo decisivo para a transformação dos sistemas produtivos e sociais, com impactos mensuráveis no curto, médio e longo prazo. Neste enquadramento, compete-lhes assegurar missões e práticas pedagógicas alinhadas com as prioridades nacionais e internacionais, promovendo a formação de cidadãos qualificados e responsáveis, dotados das seguintes competências:

- I. Pensamento sistémico, em relação aos conhecimentos, procedimentos, atitudes e valores do desenvolvimento sustentável e respetivos ODS.
- II. Trabalho em equipas multidisciplinares e interdisciplinares, desenvolvendo pensamento autónomo, baseado na evidência científica.
- III. Criatividade e pensamento crítico, fazendo uso do potencial de áreas disciplinares distintas.
- IV. Compreensão de desafios e problemas reais das comunidades do Norte e do Sul globais, com vista a soluções eficazes e efetivas, em alternativa aos contextos atuais sobretudo dirigidos às comunidades e economias em que os estudantes se integram, tipicamente do Norte global no caso português.
- V. Participação, proatividade e tomada de decisões responsáveis, nomeadamente através de iniciativas extracurriculares.
- VI. Respeito pela diversidade e uma cultura de paz.

O desenvolvimento sustentável constitui hoje um dos valores estruturantes das sociedades democráticas contemporâneas, no qual a Europa se afirma de modo particularmente distintivo, sendo as IES as organizações por excelência que o podem fundamentar, ajudar a implementar e a promover.

4. IMPACTOS ESPERADOS

A implementação das ações propostas deverá transformar significativamente o ensino superior, antecipando-se os seguintes aspetos¹⁰:

Adaptabilidade e Inovação: ao afastar-se de modelos de conhecimento puramente especializados para abordagens mais abertas e transdisciplinares, os estudantes estarão mais bem preparados

¹⁰ Os impactos aqui descritos são adotados do documento de reflexão: *Transforming Education, Conclusions from the Think Tank Group* (2024). SDSN Portugal. Lisboa.

para lidar com problemas complexos do mundo real. Esta adaptabilidade é crucial num mundo cada vez mais imprevisível.

Cidadania Global: ao incorporar o desenvolvimento sustentável e a consciência ambiental em todas as unidades curriculares, fomentar-se-á o valor da cidadania global, garantindo que os diplomados não são apenas especialistas, mas também gestores e respeitadores do Planeta, nas suas dimensões física e social.

Inovação e Criatividade: ao criar um ecossistema aberto onde as IES, empresas e comunidades colaborem impulsionando a inovação, a lacuna entre a investigação e a aplicação prática será diminuída, conduzindo a mais atividades empreendedoras e à resolução de problemas do mundo real.

Envolvimento Comunitário: ao aumentar o envolvimento com a comunidade, os estudantes adquirirão mais experiência prática, melhorando a sua aprendizagem e tornando a educação mais relevante e com mais impacto.

Aprendizagem Integrada: ao incorporar os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e o desenvolvimento sustentável em todas as áreas disciplinares, a educação tornar-se-á mais holística, formando graduados com competências mais abrangentes, e promovendo práticas sustentáveis nos diversos domínios da sociedade e da economia (a ONU defende esta integração há algumas décadas).

Teoria e Prática: ao estabelecer uma forte ligação entre o conhecimento teórico e a aplicação prática, irá garantir-se uma aprendizagem fundamentada em experiências do mundo real, o que ajudará os estudantes a compreender e reter melhor o conhecimento.

Pensamento Crítico e Inovação: ao incentivar o pensamento crítico e o desenvolvimento de novas ideias, aumentar-se-á o grau de inovação, tornando-se as IES espaços onde a criatividade é cultivada e aplicada para resolver desafios societais.

Tecnologias Digitais e de IA: ao adotar estas tecnologias na educação, incrementar-se-á a literacia e a proficiência digital dos estudantes, preparando-os para os futuros avanços tecnológicos, ao mesmo tempo que a aprendizagem se tornará mais envolvente.

Participação Ativa: ao envolver ativamente os jovens na tomada de decisões e no desenvolvimento curricular, garantir-se-á que a educação é relevante e vai ao encontro das suas necessidades, o que conduzirá a um maior envolvimento e satisfação entre os estudantes.

Mentoria e experiência prática: ao implementar programas de mentoria e oportunidades de aprendizagem baseadas em projetos e desafios reais, proporcionar-se-á aos estudantes competências e experiências valiosas, o que os ajudará a trilhar os seus caminhos educacionais e profissionais com mais eficácia.

5. RECOMENDAÇÕES

Assim, vem o **CNADS** apelar e recomendar:

_ao **MECI** (Ministro da Educação, Ciência e Inovação), que adote o tema na sua agenda política e desenhe incentivos para acelerar a evolução do sistema educativo superior no sentido da educação para o desenvolvimento sustentável;

_à **MAEn** (Ministra do Ambiente e Energia), que apoie esta iniciativa que vai ao encontro da sua política de promover uma perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social;

_à **A3ES** (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), que inclua nos seus procedimentos de avaliação e acreditação de cursos os princípios e as competências de uma educação para o desenvolvimento sustentável;

_ao **CRUP** (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), ao **CCISP** (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos) e à **APESP** (Associação Portuguesa do Ensino Superior

Privado), que formem Grupos de Trabalho sobre o tópico com vista a fornecer orientações estratégicas às IES, incluindo mecanismos concertados entre as IES, para articulação e verificação dos progressos a alcançar;

_às **IES**, no âmbito da sua autonomia, que iniciem a discussão do tema e adotem ações concretas destinadas a:

1. **Assumir o compromisso institucional com a qualidade no ensino, nos termos do ODS 4.7 da Agenda 2030** [Até 2030 garantir que todos os estudantes adquiram os conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável].
2. **Assegurar o apoio institucional à mudança dos paradigmas educativos**, de forma a torná-los consistentes com o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões, ajustando os programas da sua oferta formativa e adotando práticas de aprendizagem que forneçam as competências listadas acima.
3. **Aplicar incentivos às IES** para que os membros da comunidade universitária, i.e. trabalhadores docentes e não docentes, adotem modelos educativos capazes de responder aos desafios que a atual (in)sustentabilidade coloca às gerações atuais e futuras.
4. **Rever os currículos** de todos¹¹ os Programas Educativos de forma abrangente na perspetiva do desenvolvimento sustentável, para garantir a inclusão de conteúdos transversais em todos os cursos, de modo que os estudantes possam adquirir as competências profissionais, académicas e disciplinares necessárias. Isto deve ser conseguido através do reconhecimento académico quantificável do conteúdo geral sobre desenvolvimento sustentável para todos os graus académicos e do conteúdo específico adaptado ao contexto de cada grau.
5. **Incluir nos currículos dos cursos de formação de educadores de infância e de professores do ensino básico e secundário** unidades curriculares de educação para o desenvolvimento sustentável, pois é uma das componentes da educação para a cidadania e terá um efeito multiplicador.
6. **Promover a avaliação, na perspetiva das competências adquiridas e do impacto para o desenvolvimento sustentável**, de trabalhos, projetos finais, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.
7. **Disponibilizar os meios necessários**, por exemplo de formação e capacitação, aos professores e investigadores para que a mudança de paradigma educativa ocorra e as competências referidas acima possam ser asseguradas.
8. **Incluir nos requisitos do sistema de qualidade** das Unidades Curriculares e Cursos dos 1º, 2º e 3º ciclos os aspetos (gerais e específicos) relativos ao desenvolvimento sustentável.
9. **Adotar critérios na avaliação dos docentes** relativos à integração do desenvolvimento sustentável nas Unidades Curriculares, para garantir que as atividades de ensino são consistentes com os princípios do desenvolvimento sustentável e com as competências acima referidas.
10. **Promover a investigação em educação para o desenvolvimento sustentável.**

¹¹ Haverá cursos e unidades curriculares onde será difícil incluir esta ambição, muito embora mesmo em domínios como a matemática, a literatura ou as artes seja possível incluir os princípios e exemplos do desenvolvimento sustentável.

11. **Valorizar atividades extracurriculares** de educação para o desenvolvimento sustentável, de preferência com agentes da comunidade, sejam empresas, instituições da Administração Local ou outras organizações, que complementem a formação dos estudantes, incluindo seminários, workshops, laboratórios vivos e estágios, os quais possam contribuir com créditos adicionais para a formação geral.

[Aprovada por unanimidade, com 25 votos expressos por consulta eletrônica realizada entre os dias 13 e 18 de março de 2026]

O Presidente

a) Filipe Duarte Santos